

Implementação das preferências reprodutivas no contexto de queda da fecundidade, segundo o tipo de união: um estudo para Brasil e México*

Juliana Vasconcelos de Souza Barros*

Laura Lída Rodríguez Wong[♦]

Resumo

A literatura acerca de fecundidade e preferências reprodutivas na América Latina aponta, na maior parte das vezes, uma demanda insatisfeita por excesso entre as mulheres da Região. Entretanto, com o descenso acentuado da fecundidade experimentado na América Latina, torna-se necessário investigar de forma mais detalhada suas preferências reprodutivas. O objetivo deste artigo é analisar a implementação das preferências reprodutivas no contexto de declínio da fecundidade na América Latina, segundo o tipo de união em que elas se encontravam. A realização das preferências reprodutivas está referida, neste trabalho, à concretização do número ideal de filhos e da fecundidade desejada e às gravidezes não desejadas. A análise é feita segundo o tipo de união que a mulher se encontrava no momento da pesquisa, uma vez que estaria emergindo, na América Latina, uma forma de união semelhante às coabitações existentes em populações que estariam vivenciando a Segunda Transição Demográfica. Esse novo tipo de união seria característico entre as mulheres de melhores condições socioeconômicas, embora nas estatísticas latino-americanas elas continuem sendo denominadas uniões consensuais. As uniões consensuais na Região, por sua vez, seriam tradicionalmente mais frequentes entre as mulheres de baixa condição socioeconômica. Nesse sentido, é feito também um recorte por escolaridade. O estudo é realizado para Brasil e México. Os resultados apontam relevantes diferenças entre os tipos de união, com as mulheres unidas de alta escolaridade apresentando uma elevada demanda insatisfeita por falta. Esses resultados são importantes para orientar políticas públicas voltadas para o trabalho feminino e maternidade, no sentido de empoderar as mulheres para implementarem suas preferências reprodutivas, direito já consagrado desde a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de 1994.

Palavras-chave: preferências reprodutivas; tipo de união; direitos reprodutivos.

* Trabalho apresentado no V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, de 23 a 26 de outubro de 2012.

* Cedeplar/UFMG – julianav@cedeplar.ufmg.br

♦ Cedeplar/UFMG – lwong@cedeplar.ufmg.br

Este artigo tem como base a dissertação “Medindo a saúde reprodutiva segundo o tipo de união na América Latina: indicadores sintéticos para Brasil e México”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG). Os autores agradecem o apoio do CNPq para o desenvolvimento desta pesquisa.

Implementação das preferências reprodutivas no contexto de queda da fecundidade, segundo o tipo de união: um estudo para Brasil e México

Juliana Vasconcelos de Souza Barros

Laura Lída Rodríguez Wong

1. Introdução

Os países da América Latina têm experimentado, ainda que em velocidades e intensidades diferenciadas, um sustentado declínio da fecundidade. Essa queda teve início em meados dos anos sessenta e hoje, na maior parte deles, a fecundidade está bem próxima da reposição. Entretanto, muitas evidências apontam que a tendência de queda não se estabilizou no nível de reposição e, em diversos países, a fecundidade se encontra abaixo desse limiar (Rosero-Bixby, 2004; Wong e Bonifácio, 2009).

O objetivo deste artigo é analisar a implementação das preferências reprodutivas das mulheres nesse contexto de declínio da fecundidade, segundo o tipo de união. A realização dessas preferências está referida, neste trabalho, à concretização do número ideal de filhos e da fecundidade desejada e às gravidezes não desejadas. O contexto de alta fecundidade vivenciado na América Latina sempre gerou margens para se discutir uma demanda por filhos não satisfeita por excesso. Isso é, as mulheres tinham mais filhos do que gostariam. Os baixos níveis de fecundidade alcançados em alguns países da Região, entretanto, abrem espaço para outro questionamento relacionado às preferências reprodutivas.

Os períodos de alta fecundidade oferecem maior probabilidade de não implementação das preferências reprodutivas devido ao fato de se ter mais filhos tidos do que o desejado. Por outro lado, é possível se pensar que em contextos de declínio sustentado, sem estabilização perante o nível de reposição, ocorreria uma inversão. Ou seja, um contexto de fecundidade baixa também pode ser marcado por dificuldades por parte das mulheres em implementar suas preferências reprodutivas, porém, no sentido de terem menos filhos do que gostariam.

O interesse em se avaliar as preferências reprodutivas segundo o tipo de união, por sua vez, está relacionado ao fato de que haveria um novo perfil de mulheres adotando a união consensual, semelhante ao dos países que estariam vivenciando a chamada Segunda Transição Demográfica, contrário ao daquelas que tradicionalmente adotam uniões consensuais na América Latina. As uniões consensuais “tradicionalistas” da Região seriam mais comuns entre as

camadas menos favorecidas da população, representando uma opção aos custos e aos trâmites burocráticos relacionados à formalização da união (Castro Martín, 2001). Assim, elas têm uma conotação distinta das uniões não formalizadas “modernas” existentes nos países que estariam experimentando a Segunda Transição Demográfica. Nesses países, esse tipo de arranjo nupcial, denominado coabitação, seria fruto de mudanças na forma de pensar e agir engendradas por valores modernos como o individualismo, secularismo, autonomia e emancipação feminina, sendo adotado pelos setores com melhores condições socioeconômicas.

A hipótese deste trabalho, portanto, é de que ainda haveria importante proporção de mulheres incapazes de implementar suas preferências reprodutivas no contexto latino-americano de declínio sustentado da fecundidade; porém essa incapacidade seria diferenciada conforme o tipo de união analisado. Esse fato ocorreria devido à própria natureza da transição da fecundidade, a qual não ocorreu de modo igual e simultâneo entre as diferentes camadas sociais (Juárez e Quilodrán, 1990; Chackiel, 2004; Chackiel e Schkolnik, 2003). Nesse sentido, mulheres em uniões consensuais tradicionais, com condições socioeconômicas menos favoráveis, teriam maior dificuldade em implementar suas preferências reprodutivas, apresentando um número ideal de filhos menor do que o de fato tido. Por outro lado, mulheres em uniões não formalizadas modernas, com condições mais favoráveis, também não conseguiriam implementar seus ideais de fecundidade, porém de forma oposta, possuindo um número ideal de filhos maior do que o de fato tido. Entre as mulheres que aderem ao casamento formal, esse diferencial intragrupo não seria tão marcado quanto entre aquelas em uniões não formalizadas.

Captar os diferenciais de mulheres em união consensual, no entanto, é uma tarefa complexa. A dificuldade reside no fato de que, nas estatísticas latino-americanas disponíveis sobre nupcialidade, essas uniões “modernas”, similares à coabitação, aparecem como a união consensual “tradicional”, comum na Região. Assim, elas se confundem com as uniões consensuais propriamente ditas, se tornando difícil distingui-las. No entanto, a emergência desse perfil moderno de mulheres em união consensual seria uma realidade nos países latino-americanos e teria uma origem similar às mudanças observadas na Europa, como aponta a literatura sobre o assunto (por exemplo, Quilodrán, 1999; Castro Martín, 2001; CEPAL/CELADE, 2002; García e Rojas, 2002; Rodríguez, 2005; Barros, 2012). Nesse sentido, para se verificar as possíveis diferenças conforme o tipo de união, faz-se também um recorte por escolaridade. A escolaridade é um importante diferencial entre as mulheres em

cada tipo de união e mesmo dentro dela. As mulheres casadas formalmente possuem maior escolaridade do que aquelas em união consensual e, entre as mulheres em união consensual, aquelas que adotariam uma união não formal devido a um comportamento moderno são mais escolarizadas do que as que adotam a união consensual tradicional (Quilodrán, 1999; García e Rojas, 2002; Rodríguez, 2005). O nível educacional, dessa forma, funciona como uma variável de controle das características socioeconômicas dessas mulheres e que estão fortemente associadas com o tipo de união que elas adotam.

O estudo proposto é realizado para Brasil e México. Esses países foram escolhidos por serem um exemplo das transformações demográficas vivenciadas na América Latina e das dualidades no quadro descrito anteriormente. Ambos os países passaram por um rápido processo de transição demográfica e hoje apresentam uma fecundidade bastante baixa¹, o que os torna bons casos a serem analisados diante dos objetivos deste trabalho. Trata-se, ainda, de dois dos maiores países da América Latina, tanto em população como em território, e que exercem grande influência econômica e política no continente e no mundo. Além disso, são ainda marcados por grandes desigualdades sociais, regionais e econômicas. A trajetória e os acontecimentos históricos em ambos os países também possuem raízes comuns.

Não obstante tamanha semelhança, Brasil e México possuem aspectos culturais e costumes significativamente diferentes, de modo que a sociedade mexicana está mais atrelada a certos rituais mais tradicionais (Quilodrán, 1999), como o casamento, por sua grande tradição católica maior do que a brasileira, onde o sincretismo religioso é mais característico. Esse fato faz com que os dois países, apesar de muito semelhantes em aspectos demográficos, se distanciem em alguns sentidos, tornando a análise comparativa das preferências reprodutivas segundo o tipo de união mais rica. A análise se baseia nos dados provenientes de pesquisas sobre demografia e saúde realizadas nos dois países. No caso do Brasil, os dados utilizados são da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), realizada em 2006, e, no caso do México, da Encuesta Nacional de Dinámica Demográfica (ENADID), realizada em 2009.

A capacidade de implementar as preferências reprodutivas está inserida no marco dos direitos reprodutivos, conforme estabelecido nas recomendações do Plano de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento – CIPD, realizada no Cairo em

¹ A taxa de fecundidade total era, aproximadamente, 1,9 e 2,0 filhos por mulher no Brasil e no México, respectivamente, em 2010 (fonte: www.ibge.org.br e www.inegi.org.mx).

1994. Este trabalho se justifica, portanto, por avaliar a capacidade das mulheres em implementar suas preferências reprodutivas, o que é de grande importância para orientar políticas públicas que forneçam meios para garantir esse direito. Também fornece embasamento para a promoção de programas estatais relacionados ao trabalho feminino e à maternidade, os quais permitam a realização da fecundidade desejada. Além disso, compreender o grau de implementação das preferências reprodutivas é fundamental para se entender o processo de transição da fecundidade latino-americano, os níveis que a fecundidade atingiu e os caminhos que ainda pode percorrer.

2. Contexto demográfico

A América Latina tem experimentado, desde meados da década de 1960, um declínio progressivo da fecundidade. Todos os países da Região estão vivenciando um período de transição da fecundidade, embora o estágio em que cada um se encontra possa divergir (Chackiel e Schkolnik, 2003). Alguns países, no entanto, já apresentam níveis de fecundidade que estão bem próximos ou mesmo abaixo da reposição – como Brasil, México, Argentina e Uruguai. Por outro lado, a queda da fecundidade não se deu de maneira igual entre os estratos sociais. Ela ocorreu primeiramente entre mulheres com condições socioeconômicas mais elevadas, principalmente entre as de maior nível educacional, e que habitavam na área urbana. Atualmente, apesar das brechas entre os grupos estar diminuindo, ela ainda persiste (Chackiel, 2004; Chackiel e Schkolnik, 2003).

O fato da fecundidade não ter se estabilizado próximo ao nível de reposição é motivo de debates e estudos, principalmente nos países em que ela já se encontra em níveis bastante baixos. Além dos fatores tradicionais que compuseram o cenário dos primórdios do declínio, como a modernização, a crescente participação feminina no mercado laboral e o maior acesso aos métodos contraceptivos, o atual descenso da fecundidade para taxas abaixo da reposição tem sido explicado, em parte, por fatores semelhantes àqueles que estariam atuando no contexto europeu, no qual se registram taxas muito baixas de fecundidade. Alguns autores argumentam que, na América Latina, também estariam emergindo, entre determinados setores sociais, valores pós-modernos os quais orientariam condutas diferenciadas de nupcialidade, reprodução e comportamentos sexuais (Quilodrán, 1999; Castro Martín, 2001; Arriagada, 2002; García e Rojas, 2002; Rosero-Bixby, 2004).

Na visão de muitos autores (por exemplo, Quilodrán, 1999; Castro Martín, 2001; García e Rojas, 2002), essa mudança nos valores e orientações estaria afetando também o padrão nupcial latino-americano, o qual se relaciona, em grande medida, às transformações no comportamento reprodutivo observado em anos recentes. A fecundidade na América Latina ainda é, em sua maioria, marital, de forma que transformações em uma dessas esferas tem importante impacto na outra. Nesse sentido, estaria-se observando, recentemente, a emergência na Região de um novo tipo de união não formalizada semelhante às denominadas coabitações, comum em contextos de Segunda Transição Demográfica, com características contrárias às uniões consensuais tradicionais².

As uniões consensuais na América Latina têm raízes históricas, ligadas à formação da sociedade colonial e escravista (Quilodrán, 1999; Rodríguez, 2005). Esse tipo de união é mais comum entre as camadas menos favorecidas da população, principalmente por não requerer nenhum tipo de trâmite legal e por implicar em menores custos a curto e longo prazo (Castro Martín, 2001). No entanto, essa outra forma de união informal estaria surgindo entre países e estratos sociais em que a união consensual tradicional é menos frequente, especialmente entre as camadas mais escolarizadas (Quilodrán, 1999; Castro Martín, 2001; Rodríguez, 2005; Barros, 2012).

Diversos estudos sugerem que o aumento da proporção de uniões consensuais modernas, observado recentemente na América Latina, poderia ser um reflexo da difusão do modelo europeu e da chamada Segunda Transição Demográfica. Seriam, portanto, fruto de uma escolha reflexiva e de um contexto de características socioeconômicas favoráveis – como uma maior escolaridade (García e Rojas, 2002). García e Rojas (2002) argumentam que as diversas transformações pelas quais grande parte dos países latino-americanos passou, como a queda da mortalidade e fecundidade, o aumento da escolaridade, da participação feminina no mercado de trabalho e da urbanização, podem ter contribuído para uma mudança nas ideias e

² Van de Kaa (1987) propôs que as mudanças demográficas ocorridas na Europa ocorreram em duas etapas distintas. Na primeira etapa, denominada Primeira Transição Demográfica, a mortalidade e a fecundidade alcançaram patamares bastantes baixos, de modo que a taxa de fecundidade atingiu o nível de reposição. No entanto, a taxa de fecundidade não se estabilizou em 2,1 filhos por mulher, atingindo, em vários países, níveis abaixo da reposição. Nesse sentido, Van de Kaa vislumbrou uma segunda etapa no processo de transição demográfica, denominando-a de Segunda Transição Demográfica. Essa etapa é marcada por uma série de mudanças nos padrões de formação da união e conformação da família. Por trás dessas modificações, estariam atuando mecanismos de resposta ao autoritarismo e ao controle social exercido pelo Estado e pela religião, bem como uma busca pela auto-realização e pela autonomia individual, o aumento do individualismo e do secularismo e a mudanças no papel da mulher na sociedade (para maiores informações sobre o assunto, ver Van de Kaa, 1987; Lesthaeghe, 1995; Lesthaeghe e Neels, 2002).

valores, perda de importância da Igreja, crescimento de um processo de individualização e autonomia feminina e separação entre vida sexual e reprodutiva. Esse fato, por sua vez, em consonância com o que vem ocorrendo na Europa, teria influenciado o aumento da união consensual entre as camadas mais favorecidas da população latino-americana e uma mudança no comportamento reprodutivo.

Entretanto, quando se trata de América Latina, em que as transformações no perfil de indivíduos em união consensual são recentes e ainda estão em curso, torna-se difícil distinguir entre comportamento tradicional e novas formas de viver de uma parcela privilegiada da população. Entre essas duas esferas, existem limites difusos, onde a substituição do casamento pela união consensual não necessariamente representa um comportamento moderno (Rodríguez, 2005). Assim, parece que alguns países latino-americanos começariam a acenar com algumas mudanças em direção ao que seria uma Segunda Transição Demográfica. A presença secular da união consensual na América Latina e sua grande aceitação social, segundo Quilodrán (2001), facilitam a adoção, na Região, de um padrão de uniões similar ao modelo europeu. Assim, se teria a coexistência de uma união consensual tradicional, associada à pobreza e à subordinação feminina, com alguns indícios que apontam na direção oposta de emergência de uma união moderna.

Em que pesem essas considerações, na América Latina, bem como na Europa, a fecundidade muito baixa, aquém da reposição, seria típica de setores sociais mais ricos e escolarizados. Rosero-Bixby et al (2009) identificam que a mulher, no contexto atual, tem assumido cada vez mais uma identidade “não familiar”, para além do seu tradicional papel como mãe (apesar deste ainda representar um papel central em sua vida). Diante desse cenário normativo, constrangimentos econômicos e oportunidades competitivas estão adquirindo maior peso nas decisões e comportamentos relacionados à maternidade. Nesse sentido, Hagewen e Morgan (2005) argumentam que as preferências reprodutivas competem com preferências de outra natureza, as quais nem sempre são conciliáveis, e o resultado pode ser abrir mão de realizar seu ideal de filhos. Esse é o caso, por exemplo, de muitas mulheres inseridas em regimes rígidos de trabalho, as quais por vezes não realizam suas preferências reprodutivas para se dedicar à carreira.

Segundo Rosero-Bixby (2004), a chave para se entender o comportamento da fecundidade está no grau em que ela reflete as preferências reprodutivas. De maneira geral, o número de filhos desejado vem diminuindo em todos os países, especialmente naqueles de transição da fecundidade avançada. Entretanto, na América Latina, essas preferências

estariam perdendo seu poder preditivo, pois a fecundidade real varia consideravelmente a despeito do ideal de família e, atualmente, ela estaria em patamares abaixo das preferências (Rosero-Bixby, 2004). Não obstante tal constatação, ainda existem na Região importantes níveis de preferências não implementadas por excesso. Desse modo, conviveriam na América Latina tanto mulheres com características típicas de situações de Segunda Transição Demográfica, com um número ideal de filhos maior que o total de filhos realmente tidos (em geral, mulheres com melhores condições socioeconômicas), e mulheres com mais filhos do que o desejado – em geral, aquelas com condições socioeconômicas menos favoráveis (Wong e Bonifácio, 2009).

O que se observa, portanto, é que o declínio da fecundidade na América Latina e o baixo nível que ela atingiu em alguns países trazem consigo questões importantes referentes às preferências reprodutivas. É certo que o número desejado de filhos caiu de forma generalizada, porém as preferências reprodutivas ainda estariam longe de ser plenamente implementadas, seja por excesso ou por falta.

3. Dados e método

Os dados utilizados neste trabalho são provenientes da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), realizada no Brasil em 2006, e da Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica (ENADID)³, realizada no México em 2009. Ambas são fontes de dados que têm por objetivo fornecer dados e análises para um amplo conjunto de indicadores de planejamento, monitoramento e avaliação de impacto nas áreas de população, saúde e nutrição de mulheres e crianças nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, são relativamente comparáveis entre si.

A PNDS é uma pesquisa de representatividade nacional, cujas entrevistas foram realizadas com mulheres de 15 a 49 anos de idade, das zonas rurais e urbanas das cinco regiões brasileiras, e permite traçar o perfil da população feminina em idade fértil e dos filhos menores de cinco anos dessas mulheres. As informações disponíveis nessa base de dados permitem analisar a fecundidade e intenções reprodutivas, atividade sexual e anticoncepção, assistência à gestação e ao parto, morbidade feminina, estado nutricional das crianças, acesso

³ Informações sobre as pesquisas e download dos bancos de dados e questionários podem ser encontradas, para o Brasil, em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/index.php> e http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/banco_dados.php e, para o México, em <http://www.inegi.org.mx/sistemas/microdatos2/encuestas.aspx?c=15276&s=est>.

a medicamentos, os micronutrientes e a segurança alimentar nos domicílios (Ministério da Saúde/CEBRAP, 2008).

A ENADID possui representatividade nacional (rural e urbano) e por entidade federativa e está dividida em dois módulos: um sobre os domicílios e outro sobre as mulheres, dirigido para a população feminina com idade entre 15 e 54 anos. É uma fonte de dados que capta informações sobre as características sociodemográficas da população, comportamento da fecundidade, contracepção e preferências reprodutivas das mulheres em idade fértil, história de nascimentos, perfil da mortalidade infantil, saúde materno-infantil, nupcialidade, migração e principais características dos domicílios e famílias mexicanas (INEG, 2009b).

Em primeiro lugar, apresenta-se a proporção de mulheres em cada tipo de união e uma pequena caracterização dessas mulheres, como características por idade e escolaridade. A análise das preferências reprodutivas será feita a partir de duas dimensões: comparação entre o número ideal de filhos e o número de filhos sobreviventes e proporção de mulheres com gravidez não desejada. No primeiro caso, calculou-se a diferença absoluta e relativa entre o número ideal de filhos e o número de filhos sobreviventes para mulheres entre 40 e 49 anos. No outro, selecionou-se variáveis relacionadas à fecundidade não desejada – mulheres que não queriam mais ter filhos ou que queriam esperar mais algum tempo para engravidar, mas que ficaram grávidas. Nesse caso, foram selecionadas todas as mulheres que se encontravam no período reprodutivo (com idade entre 15 e 49 anos).

É importante esclarecer que, nas análises seguintes, foram consideradas apenas as mulheres que se declaram como casadas formalmente ou em união consensual. A amostra mexicana é composta de 52.176 mulheres casadas e unidas e a amostra brasileira de 9.989 mulheres em ambos os tipos de união. Para a classificação segundo o nível educacional, foram consideradas de baixa escolaridade, no Brasil, mulheres com até oito anos de estudo e, de alta escolaridade, aquelas com nove anos ou mais. No México, o baixo nível de escolaridade corresponde às mulheres com até nove anos de estudo, enquanto o alto nível é composto pelas mulheres com mais de nove anos de estudo.

4. Resultados

4.1. Algumas características das mulheres em cada tipo de união

Esta seção analisa as características das mulheres em cada tipo de união e verifica se o perfil encontrado condiz com o apontado pela literatura, especialmente no que diz respeito à

coexistência de mulheres em uniões consensuais “tradicionais” e “modernas”. Segundo a literatura, há distinção relevante entre o perfil socioeconômico das mulheres que aderem a cada tipo de união na América Latina. Em geral, as mulheres em união consensual possuem menor idade média ao se unir do que aquelas que se casam formalmente (Quilodrán, 1999; Costa, 2004), menor nível de escolaridade (Quilodrán, 1999; Quilodrán, 2001) e a natureza da atividade que exercem no mercado de trabalho é muito mais precária e com menores salários do que aquelas exercidas por mulheres casadas (Quilodrán, 2001). Alguns estudos indicam a existência de perfis análogos ao descrito tanto no Brasil como no México, de modo que há grandes semelhanças entre as mulheres em cada tipo de união nos dois países e na América Latina (Greene e Rao, 1992; Quilodrán, 2001; Costa, 2004; García e Rojas, 2004).

Considerando-se as mulheres entre 15 e 49 anos, deve-se destacar que, no Brasil, 64% delas estavam em alguma forma de união. Dentre essas, 57,4% estavam casadas formalmente e 42,6% estavam em união consensual no momento da pesquisa. No México, essa proporção era de 57,2%, das quais 71,9% estavam casadas formalmente e 28,1% em união consensual no momento da pesquisa. Assim, nesse último país, a união consensual tem uma representatividade menor em comparação ao Brasil.

A Tabela 1 apresenta o perfil das mulheres segundo o nível de escolaridade.

TABELA 1
Percentual de mulheres por nível de escolaridade e número médio de anos de estudo, por tipo de união. Brasil, 2006 e México, 2009

Nível de educação	Brasil		México	
	Proporção (%)	Número médio de anos de estudo	Proporção (%)	Número médio de anos de estudo
Casadas				
Baixo	50,5	5,3	61,0	6,6
Alto	48,5	11,1	38,8	13,6
Total	99,0	8,5	99,8	9,5
Unidas				
Baixo	63,2	5,2	74,7	6,4
Alto	35,7	10,7	25,1	12,7
Total	98,9	7,4	99,8	8,2

Fonte: PNDS, 2006; ENADID, 2009.

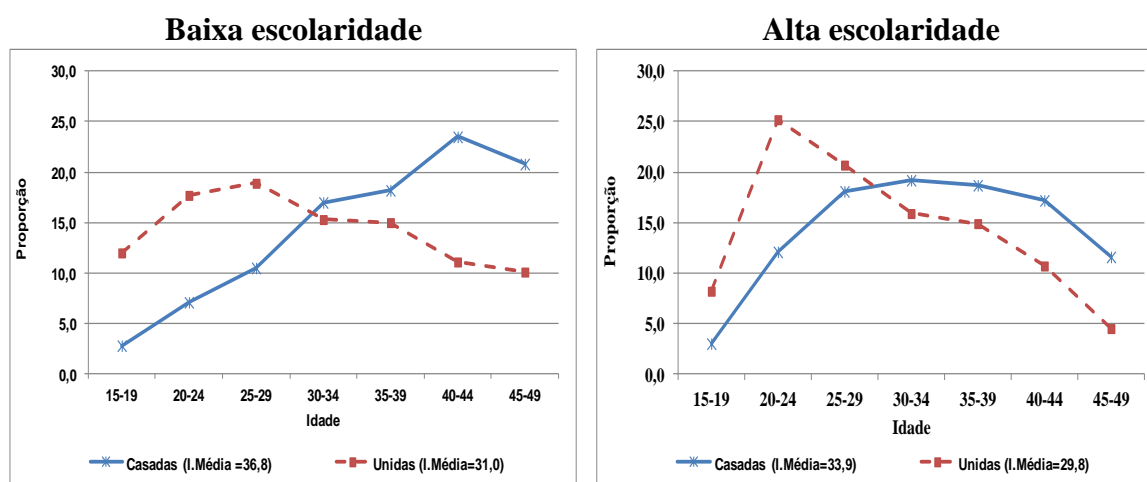
De forma geral, ambos os tipos de união apresentaram grandes proporções de mulheres com baixa escolaridade, refletindo a composição da população total. Entretanto,

essa proporção foi ainda maior entre as mulheres em união consensual. Os anos médios de estudo em cada tipo de união mostram que as mulheres casadas têm, em média, mais anos de estudo do que aquelas em união consensual. No entanto, deve-se considerar aqui o efeito de composição causado pelas diferenças nas distribuições etárias.

Entretanto, analisando-se o grupo em união consensual, há uma proporção considerável de mulheres com alto nível de escolaridade, especialmente no Brasil. Esse fato merece destaque por ser contrário ao perfil usual de mulheres unidas, as quais apresentam, em geral, menor escolaridade. Assim, isso poderia ser indicativo de um perfil diferenciado de mulheres aderindo às uniões consensuais, as quais teriam características próximas às mulheres que optam por coabitar em contextos que estariam vivenciando uma Segunda Transição Demográfica.

Os Gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição das mulheres por idade e escolaridade, de acordo com o tipo de união em que se encontravam.

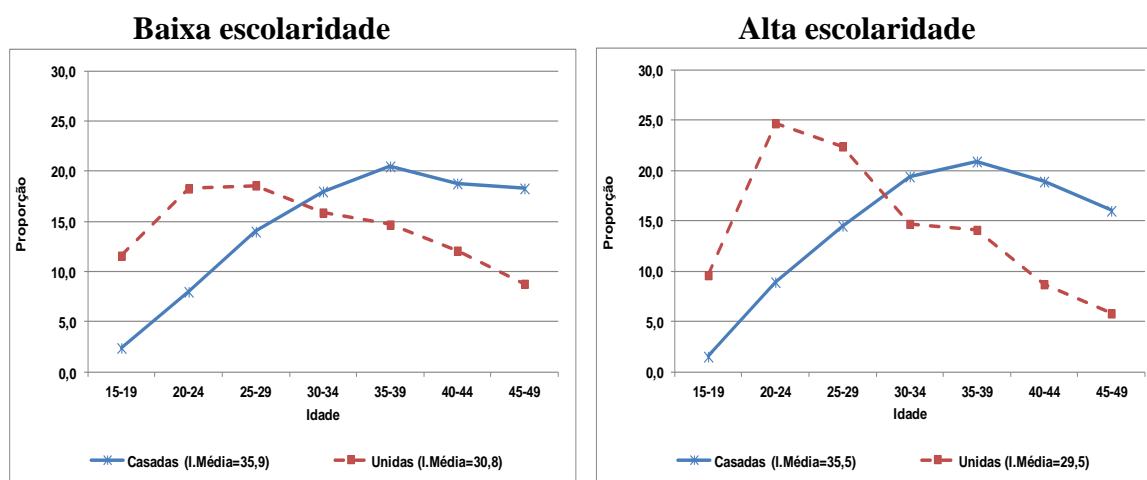
GRÁFICO 1
Distribuição percentual por idade das mulheres segundo o tipo de união, com indicação da idade média, por nível de escolaridade. Brasil, 2006



Fonte: PNDS, 2006.

GRÁFICO 2

Distribuição percentual por idade das mulheres segundo o tipo de união, com indicação da idade média, por nível de escolaridade. México, 2009



Fonte: ENADID, 2009.

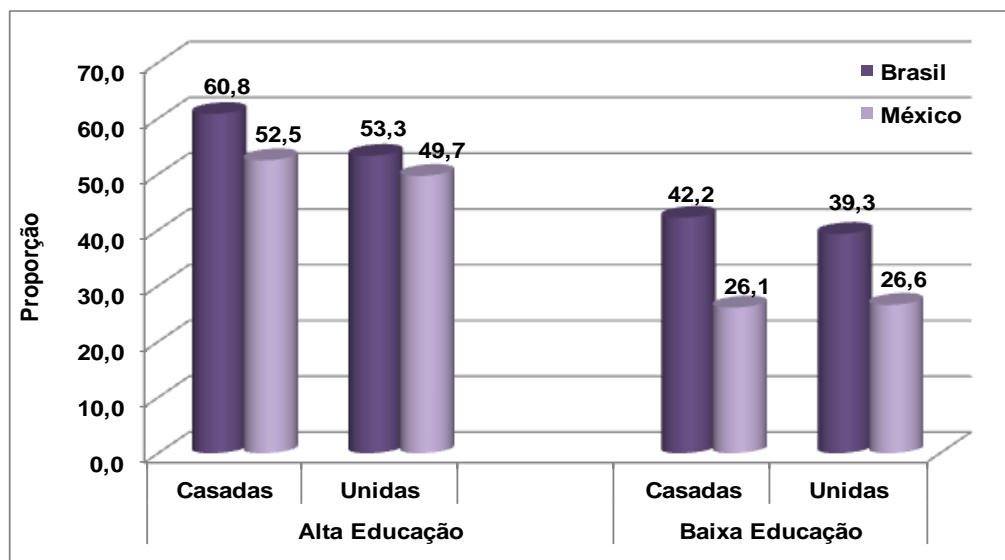
Os gráficos mostram estruturas etárias bastante similares para ambos os países. No entanto, há uma clara diferenciação por idade entre as mulheres em cada tipo de união. A estrutura etária das mulheres em união consensual é mais jovem em relação à distribuição das casadas, em ambos os países considerados. As mulheres em união consensual apresentam uma menor média de idade do que as mulheres casadas, nos dois países. Há maior proporção de mulheres concentradas nas idades mais jovens (até 29 anos) dentre aquelas que se declaram como unidas. Já nas idades mais avançadas, observa-se maior proporção de mulheres casadas.

A proporção de mulheres vivendo em união consensual tende a declinar com a idade, enquanto a de casadas tende a aumentar conforme aumenta a idade, em ambos os países. Esse fato pode ser resultado da tendência de formalização da união consensual com a idade (Quilodrán, 1999). Outra razão para essa queda no percentual de mulheres em união consensual pode ser uma maior proporção de rupturas desse tipo de união, devido a sua maior instabilidade, como apontado na literatura (Castro Martín, 2001; Rodríguez, 2005). Observa-se, no entanto, uma tendência de arrefecimento da queda nas curvas das mulheres em união consensual com o aumento da idade entre aquelas de alta escolaridade em ambos os países. Isso poderia significar a presença de uniões de ordem superior a um (segundas ou mais uniões), ou seja, a emergência da união consensual como uma opção de recasamento.

O Gráfico 3 apresenta a proporção de mulheres que trabalhavam no momento da realização da pesquisa. O fato de trabalhar tem importantes implicações nas escolhas da

mulher, especialmente nas decisões reprodutivas. Estar inserida no mercado de trabalho pode limitar a realização do ideal reprodutivo da mulher (Dias Junior, 2007; Berquó e Lima, 2008).

GRÁFICO 3
Percentual de mulheres que trabalham, por nível de escolaridade e tipo de união. Brasil, 2006 e México, 2009



Fonte: PNDS, 2006; ENADID, 2009.

De forma geral, a proporção de mulheres que estavam trabalhando, em cada país, é maior entre aquelas casadas formalmente. Entretanto, a escolaridade parece ser a grande diferenciadora entre estar ou não trabalhando. Em ambos os tipos de união, nos dois países, há maior proporção de mulheres com alto nível de escolaridade trabalhando, em relação àquelas com baixa escolaridade.

Esse perfil encontrado condiz com o descrito na literatura. Entretanto, é importante notar que alguns achados apontam características distintas àquelas comumente aceitas como das mulheres em união consensual. Uma proporção considerável possui escolaridade elevada, o que poderia ser um indício do novo perfil de mulheres adotando uniões não formalizadas considerado neste trabalho, constituído por mulheres de melhores condições socioeconômicas. A literatura sobre o assunto também aponta para a existência desse perfil diferenciado dentro da união consensual. Ela constata um aumento na proporção de uniões informais, tanto no Brasil como no México, principalmente entre mulheres mais escolarizadas (Quilodrán, 2001). García e Rojas (2004) constatam que ainda persiste, na maioria da população, uniões consensuais do tipo tradicional; não obstante, parece estar crescendo a convivência de dois tipos de união consensual. Essa coexistência, no entanto, parece estar em

estágio mais avançado no Brasil, em relação ao México. As evidências apresentadas permitem afirmar que haveria dois perfis de união consensual nesses países.

4.2. Implementação das preferências reprodutivas

Nesta seção, analisam-se as preferências reprodutivas por tipo de união a partir de variáveis sobre o número ideal de filhos e filhos sobreviventes de mulheres de 40 a 49 anos e sobre gravidez não desejada de mulheres em idade reprodutiva.

A Tabela 2 apresenta o número ideal de filhos, o número de filhos sobreviventes e a diferença absoluta e relativa entre essas duas dimensões para mulheres entre 40 e 49 anos. Como a mortalidade infantil é baixa no Brasil e no México, não haveria, a rigor, diferença importante entre filhos nascidos vivos e filhos sobreviventes, utilizando-se a variável filhos sobreviventes por ser o que a literatura recomenda. As mulheres nessas faixas etárias foram escolhidas por estarem no fim de seu período reprodutivo e, portanto, possuem um número praticamente final de filhos, tornando mais precisa a comparação com o número ideal.

Deve-se destacar, no entanto, que o indicador de número ideal de filhos é passível de críticas (Hakkert, 2004; Hagewen e Morgan, 2005). O número ideal corresponderia, em certa medida, ao número de filhos de uma “família hipotética”, tida como modelo ou padrão. Entretanto, esse conceito pode variar conforme as circunstâncias. Por exemplo, a respondente pode tomar como referência de família hipotética uma “família típica”, com dois filhos, e não o número que realmente considera como ideal. Ou mesmo que o número ideal declarado esteja influenciado pelo número de filhos já tidos. Outra crítica diz que esse indicador não seria interessante por não apresentar grandes variações ao longo do tempo. Assim, as respostas sobre ideal de filhos seriam pouco confiáveis. Entretanto, Hagewen e Morgan (2005) rebatem as críticas, mostrando que existem mudanças no indicador e mesmo sua estabilidade traz contribuições importantes. Da mesma forma, pode-se assumir que a resposta dada sobre o número ideal é sim o tamanho desejado pela mulher de “família hipotética”. Não obstante às críticas, há indícios de que o número ideal de filhos é um bom indicador e, portanto, é utilizado neste trabalho.

TABELA 2

Número médio de filhos sobreviventes e número ideal médio de filhos para mulheres entre 40 e 49 anos e diferença absoluta e relativa entre ideal e sobreviventes, por nível de escolaridade e tipo de união. Brasil, 2006 e México, 2009

	Brasil				México				
	Casadas		Unidas		Casadas		Unidas		
	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	
Filhos sobreviventes	2,65	1,99	3,16	1,56	3,72	2,49	3,69	2,42	
Ideal de filhos	2,86	2,39	2,46	2,09	3,79	2,84	3,68	2,93	
Diferença*	absoluta	0,21	0,40	-0,70	0,53	0,07	0,35	-0,01	0,51
	relativa	-7,9	-20,1	22,2	-34,0	-1,9	-14,1	0,3	-21,1

*Diferença entre o número ideal de filhos e o número de filhos sobreviventes.

Fonte: PNDS, 2006; ENADID, 2009.

Observa-se que entre a maior parte das mulheres, contrariamente ao apresentado frequentemente na literatura, há demanda insatisfeita por falta – isto é, elas têm menos filhos do que desejam. Esse fato só não se confirma no caso das mulheres unidas de baixa escolaridade, em que o número de filhos sobreviventes supera o ideal, especialmente entre as brasileiras. A maior parte das mulheres, conseqüentemente, não realiza seu ideal de filhos e têm menos do que desejam. Importante ressaltar que isso ocorre principalmente entre as mulheres unidas de alta escolaridade, nos dois países. Essas mulheres são, inclusive, as que menos filhos sobreviventes possuem, em comparação com as demais, especialmente as brasileiras. As mulheres casadas de alta escolaridade, no Brasil e no México, também possuem uma diferença relativamente alta. Essa diferença diminui entre as casadas de baixa escolaridade.

Chama atenção, portanto, a demanda insatisfeita por falta. O contexto de alta fecundidade vivenciado na América Latina sempre gerou margens para se discutir a demanda insatisfeita por excesso, em que as mulheres tinham mais filhos do que desejavam. Sendo a capacidade de implementar as preferências reprodutivas aqui medida por meio da variável sobre número ideal de filhos, os resultados encontrados vão em direção oposta a esse fato, especialmente no caso das mulheres de alta escolaridade. Essas apresentariam maiores limitações para não implementarem suas preferências reprodutivas, fato que merece destaque e requer mais estudos. Por outro lado, essa diferenciação sinaliza para o padrão duplo nas uniões consensuais considerado neste artigo, com importantes implicações tanto em termos

demográficos como de direitos reprodutivos. De toda forma, o abismo no grupo das unidas aparenta ser maior que entre as casadas.

O fato de uma maior proporção de mulheres de alta escolaridade em uniões não formalizadas apresentarem maior demanda insatisfeita por falta (ou seja, um número de filhos ideal maior do que os filhos sobreviventes) pode, ainda, estar relacionado à adoção de comportamentos modernos por parte dessas mulheres. Como suas características socioeconômicas são similares às de mulheres que estariam em contextos de Segunda Transição Demográfica, é esperado que as unidas de nível escolar elevado possuam uma fecundidade baixa, mesmo que ela não seja parelha ao número de filhos considerado como ideal.

Outra dimensão relevante na análise da implementação das preferências reprodutivas é a fecundidade não desejada. Pode-se considerar que mulheres que apresentam gestações não desejadas não conseguiram implementar seu ideal reprodutivo, no sentido de que não queriam mais engravidar ou queriam esperar mais para ter o filho e, portanto, acabaram por ter um tamanho de família diferente do ideal. As estimativas de fecundidade desejada e não desejada, segundo Wong e Bonifácio (2009), são importantes porque indicam a extensão na qual a fecundidade seria reduzida/acrescida se as mulheres fossem bem sucedidas na implementação das suas preferências reprodutivas.

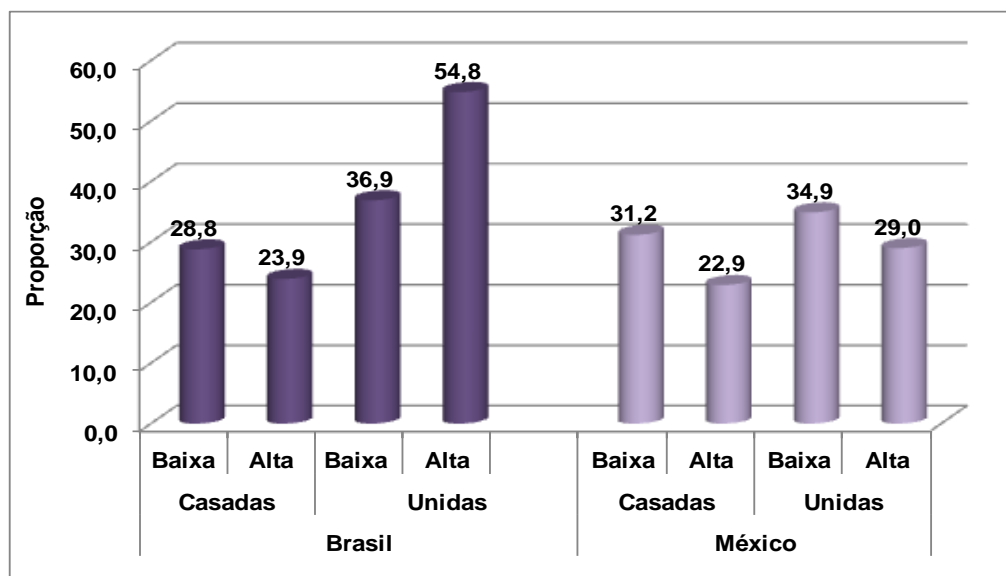
Hakkert (2004) ressalta, no entanto, algumas questões relacionadas a essa variável, como o fato dela poder estar influenciada por fatores culturais e pela fecundidade atual (como a dificuldade, por uma grande parcela das mulheres, em admitir que a gravidez não foi desejada após ela ter ocorrido ou o filho ter nascido) e mesmo ser cambiante no tempo – essa última característica, no entanto, é cada vez menos observada na América Latina atual (Wong e Bonifácio, 2009). Pode-se, de qualquer forma, considerar esse tipo de informação como confiável e significativa para a análise das preferências reprodutivas.

A fecundidade não desejada, ao contrário do número ideal de filhos, é um indicador de fecundidade corrente, obtida a partir dos nascimentos ocorridos em determinado período. O número ideal, por sua vez, se relaciona com a parturição, ou seja, é um indicador de estoque, do número de filhos desejados por toda a vida. Por se tratar de um indicador de período e devido à natureza das questões presentes nas pesquisas para mensurar essa dimensão⁴, os dados apresentados no Gráfico 4 se referem a todas as mulheres com idade entre 15 e 49 anos.

⁴ No caso do Brasil, a questão sobre fecundidade desejada se referia a mulheres cuja gravidez ocorreu há três anos ou menos e, no México, a mulheres grávidas no momento da pesquisa.

Entende-se por gravidez não desejada aquela declarada por mulheres que não queriam mais engravidar ou queriam esperar mais para ter o filho.

GRÁFICO 4
Percentual de mulheres com gravidez não desejada, por nível de escolaridade e tipo de união. Brasil, 2006 e México, 2009



Fonte: PNDS, 2006; ENADID, 2009.

No Gráfico 4, se observa que há, relativamente, maior proporção de mulheres com fecundidade não desejada entre aquelas de baixa escolaridade. Chama atenção, no entanto, a elevada proporção de mulheres unidas de alta escolaridade no Brasil que queria esperar mais ou não queria ter filhos – mais da metade declarou uma gravidez não desejada. Esse fato se destaca por se opor ao resultado encontrado para as demais mulheres, em que a proporção de gravidezes não desejadas foi menor do que a de gravidezes desejadas. No México, embora as diferenças entre as categorias analisadas sejam menos expressivas, o caso mulheres unidas de baixa escolaridade se destaca pela elevada proporção que não desejava a gravidez. Deve-se considerar, nesse caso, que as mulheres unidas tem um perfil etário mais jovem, ao contrário das casadas, de modo que essa medida está contaminada pelas distribuições etárias das mulheres em cada tipo de união. Nesse sentido, uma maior proporção de mulheres em união não formal podem ter declarado que não desejavam a gravidez justamente por ainda serem jovens.

Não é possível comparar os dados sobre a diferença entre o número ideal e sobrevivente de filhos com as informações sobre fecundidade não desejada, uma vez que se

trata de medidas distintas de mulheres com idades diferentes. Entretanto, o indicador de estoque (diferença entre os filhos sobreviventes e o ideal) parece ter deixado mais nítida a diferença entre as preferências conforme o tipo de união.

Considerações finais

Este artigo analisou os diferenciais na implementação das preferências reprodutivas entre mulheres casadas formalmente e em união consensual e, principalmente, dentro do grupo de mulheres em união consensual. O interesse em identificar padrões diferenciados nesse último grupo justifica-se pelo fato de que haveria um novo perfil de mulheres adotando a união consensual, semelhante ao dos países que vivenciariam a chamada Segunda Transição Demográfica, contrário ao daquelas que tradicionalmente adotam uniões consensuais na América Latina. Brasil e México foram selecionados para essa análise por serem países em avançado processo de transição da fecundidade, com nível abaixo da reposição, porém com diferenças culturais importantes.

A hipótese de que haveria, ainda, importante proporção de mulheres incapaz de implementar suas preferências reprodutivas no contexto latino-americano de declínio sustentado da fecundidade e que essa incapacidade seria diferenciada conforme o tipo de união foi, em parte, corroborada. Analisando-se os dados sobre número ideal de filhos e número de filhos sobreviventes, observa-se que grande parte das mulheres não realiza seu ideal reprodutivo. Considerando-se as diferenças relativas entre essas duas dimensões, observa-se que entre as mulheres em uniões consensuais de alta escolaridade encontra-se a maior proporção de fecundidade não realizada, tanto no Brasil como no México. Ou seja, são essas mulheres que encontram maior dificuldade em alcançar seu ideal reprodutivo.

Esse grupo, no entanto, possui uma fecundidade não realizada por falta. Já as mulheres unidas de baixa escolaridade, ao contrário, possuem uma fecundidade não realizada por excesso, o que indica que elas têm mais filhos do que gostariam. Esse fato é especialmente relevante no Brasil, em que a diferença é bastante grande, a despeito do México. A hipótese de que não haveria diferenciais tão marcados entre mulheres casadas formalmente quanto entre as unidas, por outro lado, não se confirmou. Mesmo que entre as casadas de alta e baixa escolaridade, em ambos os países, haja fecundidade não realizada por falta, existe sim diferenças importantes entre os grupos. Entre as mulheres de alta

escolaridade, a diferença foi maior, indicando que elas tem maiores dificuldades em implementar suas preferências.

A elevada proporção de mulheres que declarou ter menos filhos do que o número que considera como ideal merece destaque. A demanda insatisfeita por falta é mais marcada entre as mulheres unidas de alta escolaridade. Em que pese o fato de que o número ideal de filhos possa ser um indicador frágil, no que diz respeito ao seu significado e sua relação com as preferências reprodutivas, esse achado é importante pois mostra um grupo de mulheres mais privilegiadas, com escolaridade relativamente maior, mas que estariam mais longe de ver suas preferências implementadas. Dado que a fecundidade está, nos países estudados, em níveis bastante baixos, é de se esperar que cada vez mais as mulheres manifestem que não conseguem implementar suas preferências reprodutivas. Nesse sentido, configuraria-se uma flagrante violação a um dos direitos reprodutivos mais importantes: o direito de decidir e ter o número desejado de filhos.

Em relação à gravidez não desejada, os dados apontam uma grande proporção de mulheres em uniões consensuais e de alta escolaridade que apresentam, no Brasil, gravidezes não planejadas. Os achados requerem, sem dúvida, mais estudos para sua compreensão. De qualquer maneira, eles devem incitar nos tomadores de decisão, principalmente àqueles ligados à saúde sexual e reprodutiva, maiores reflexões sobre as ações governamentais que visam garantir esse direito.

É importante destacar que a capacidade de implementar essas preferências passa não somente pelas intenções da mulher (e, também, de seu companheiro) acerca do número de filhos que gostaria de ter, mas também por aquele que ela pode de fato ter, dadas suas decisões sobre trabalho, seguridade social, educação, família e outros. Entretanto, essas decisões estão fortemente associadas ao contexto socioeconômico, político e cultural em que as mulheres estão inseridas, de modo que elas são afetadas pelas políticas públicas voltadas, por exemplo, para o trabalho e a maternidade. Assim, a implantação de ações como ampliação da licença maternidade, construção de creches de qualidade e flexibilização da jornada de trabalho poderia contribuir para que mais mulheres realizem seu ideal reprodutivo. Conforme apontado pelo perfil de mulheres em cada tipo de união, é grande a proporção de mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho e a existência desse tipo de política pode favorecer a realização dos ideais reprodutivos das mulheres.

A participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho tem sérias implicações sobre a fecundidade. Em um mercado competitivo, em que se exige cada vez

mais qualificação, escolaridade e experiência profissional, as mulheres podem optar por postergar ou mesmo abandonar a maternidade em função de sua carreira. Com as transformações observadas pela emergência de valores semelhantes aos da chamada Segunda Transição Demográfica, enfatizando-se especialmente a maior autonomia feminina, e o aumento da escolaridade na América Latina, é esperado que cada vez mais mulheres se deparem com a dificuldade em compatibilizar trabalho e maternidade. Nesse novo cenário que desponta na Região, cabe destacar a necessidade de políticas sociais que viabilizem a conciliação dos papéis de mãe e trabalhadora e minimizem os custos de oportunidade em se ter um filho. Caso contrário, a fecundidade na América Latina pode atingir níveis ainda mais baixos devido a não realização dos ideais reprodutivos e uma proporção maior de mulheres não implemente suas preferências.

As diferenças entre e dentro dos tipos de união analisados também são de grande importância para orientar as políticas. A literatura e os resultados aqui encontrados apontam demandas diferenciadas em cada grupo: enquanto umas necessitam de meios para controlar sua fecundidade, visto o número de filhos sobreviventes maior que o desejado, outras precisam de meios para alcançar suas preferências. Desse modo, as políticas devem considerar também esse fato, buscando atender as necessidades de cada grupo.

O baixo número de filhos sobreviventes de mulheres de alta escolaridade em uniões não formalizadas e sua demanda insatisfeita por falta condiz com o apontado pela literatura sobre a presença de elementos semelhantes ao de contextos que estariam vivenciando a Segunda Transição Demográfica. Os valores modernos estariam influenciando as decisões de fecundidade e nupcialidade dessas mulheres e os resultados encontrados sugerem que esse fato poderia estar realmente ocorrendo – o que necessita, certamente, de maiores investigações a partir de informações que permitam inferências mais precisas. Acredita-se que faltam, na América Latina, pesquisas que forneçam dados adequados para esse tipo de análise – como dados longitudinais e mesmo investigações qualitativas.

Não obstante este trabalho ter apontado dois perfis diferenciados nas uniões não formalizadas, alguns questionamentos devem ser levantados no sentido de orientar investigações futuras. Apresentariam de fato as mulheres unidas e de alta escolaridade comportamentos de vanguarda e seriam mais empoderadas, isto é, possuiriam o mesmo padrão daquelas que vivem em contextos denominados de Segunda Transição Demográfica? Se sim, por que teriam tamanha dificuldade em implementar suas preferências reprodutivas? Tratar-se-ia de uma violação aos direitos reprodutivos ou uma opção dessas mulheres pela

nuliparidade (ou um número pequeno de filhos) frente a outros interesses? Qual o papel do companheiro na concretização dos ideais reprodutivos – estariam eles influenciando as decisões sobre ter menos filhos? De qualquer modo, a presença de perfis diferenciados segundo o tipo de união, de uma demanda insatisfeita por falta, se corroborada por novos estudos, e sua possível expansão para outros setores sociais da Região demarcariam uma alteração importante nos padrões reprodutivos da população.

Implementar as preferências reprodutivas é um dos direitos básicos de saúde reprodutiva. Em um cenário de preferências competitivas, é importante que se possa decidir sobre cada uma delas, inclusive sobre preferências reprodutivas, com base em quadro que forneça opções para tal – como a conciliação entre trabalho, qualidade de vida, condições econômicas, bem-estar e maternidade. Neste trabalho, ficou clara a presença de tendências opostas, com mulheres tendo mais e menos filhos do que desejam. Em que pesem as necessidades de cada grupo, em ambas as situações o direito de ter capacidade e meios para implementar o ideal de filhos está ausente. Espera-se, pois, que se tenha contribuído no provimento de insumos para orientar ações voltadas à garantia desse direito.

Referências bibliográficas

ARRIAGADA, I. (2002). Cambios y desigualdad en las familias latinoamericanas. **Revista de la Cepal**. Santiago do Chile, n.77.

BARROS, J.V.S. (2012). **Medindo a saúde reprodutiva segundo o tipo de união na América Latina**: indicadores sintéticos para Brasil e México. 106 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Cedeplar/ UFMG.

BERQUÓ, E.; LIMA, L. P. (2008). Intenções Reprodutivas e Planejamento da fecundidade. In: **Relatório Final da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006**. Brasília: Ministério da Saúde.

CASTRO-MARTÍN, T. (2001). Matrimonios sin papeles em Centroamerica: persistencia de un sistema dual de nupcialidad. In: ROSERO-BIXBY, L. (editor). **Población del Istmo 2000**: familia, migración, violencia y medio ambiente. San José, Costa Rica, Centro Centroamericano de Población.

CEPAL/CELADE. (2002). **Vulnerabilidad sociodemográfica**: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas; síntesis y conclusiones. Santiago, LC/G.2170 (SES.29/16).. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/10264/LCR2086_ind.pdf>.

CHACKIEL, J. (2004). La transición de la fecundidad en América Latina 1950-2000. **Papeles de Población**. México, nº 41.

CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. (2003). América Latina: los sectores rezagados em la transición de la fecundidad. CEPAL, **Serie Población y Desarrollo**. n° 42.

COSTA, C.S. (2004). **Uniões informais no Brasil em 2000**: uma análise sobre a ótica da mulher. 2000. 76 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Cedeplar/ UFMG.

DIAS JUNIOR, C. S. (2007). **Comportamento reprodutivo**: uma análise a partir do grupo ocupacional das mulheres. Belo Horizonte. 149 f. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR/ UFMG.

GARCÍA, B.; ROJAS, O. (2002). Cambios en la formación y disolución de las uniones en América Latina. **Gaceta Laboral**. v.8, n. 003, p.391-410.

GARCÍA, B.; ROJAS, O. (2004). Las uniones conyugales en América Latina: transformaciones en un marco de desigualdad social y de género. **Notas de Población**. V.78, p.65-96.

GREENE, M., RAO, V. (1992). A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v.9, n.2, p.168-204.

HAGEWEN, K.S.; MORGAN, M. (2005). Intended and ideal family size in the United States, 1970-2002. **Population and Development Review**. V. 31, p. 507-527.

HAKKERT, R. (2004). Fecundidad deseada y no deseada en América Latina, con particular referencia a algunos aspectos de gênero. In: **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** CEPAL, Serie Seminarios e Conferencias, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA/INEG. (2009a). **Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica 2009 – Descripción de archivos**. México.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA/INEG. (2009b). **Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica 2009 – Informe Operativo**. México.

LESTHAEGHE, R. (1995). The second demographic transition in western countries: an interpretation. In: MASON, K.O; JENSEN, A.M. (Ed.) **Gender and family change in industrialized countries**. Clarendon Press, Oxford.

LESTHAEGHE, R.; NEELS, K. (2002). From the First to the Second Demographic Transition: an interpretation of the spatial continuity of demographic innovation in France, Belgium and Switzerland. **European Journal of Population**. V.18, p. 325-360.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/CEBRAP. (2008a). **Relatório da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança – PNDS 2006**. Brasília.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/CEBRAP. (2008b). **Questionário da Mulher**. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança – PNDS 2006. Brasília.

QUILODRÁN, J. (1999). L'union libre en Amérique Latine: aspects récents d'un phénomène séculaire. **Cahiers Québécois de Démographie**. V. 28, n. 1-2, p. 53-80.

QUILODRÁN, J. (2001). **L'union libre latinoamericaine a t-elle changés de nature?** XXIV Congresso Internacional de População. Sessão 11, Salvador, Bahia. Disponível em: <http://www.iussp.org/Brazil2001/s10/S11_02_quilodran.pdf>.

RODRÍGUEZ, J. (2005). Unión y cohabitación em América Latina: ¿modernidad, exclusión, diversidad? **Serie Población y Desarrollo**. N. 57.

ROSETO-BIXBY, L. (2004). La fecundidad de reemplazo y más allá en áreas metropolitanas de América Latina. **Notas de Población**. Nº 78 (LC/G.2229-P), CEPAL.

ROSETO-BIXBY, L.; CASTRO-MARTÍN, T.; MARTÍN-GARCÍA, T. (2009). Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? **Demographic Research**. V. 20, artigo 9, p. 169-194.

VAN DE KAA, D. (1987). Europe's second demographic transition. **Population Bulletin**. Washington, v. 42, n. 1, p. 1-59.

WONG, L.L.R. ; BONIFÁCIO, G.M. (2009). Retomada da queda da fecundidade na América Latina: evidências para a primeira década do século XXI. **Revista Latinoamericana de Población**. Ano 3, n. 4-5.